

Análise do Luto de Mães de Crianças e Adolescentes Desaparecidos

Gisleila da Silva Rolim

Universidade São Judas Tadeu, SP, Brasil.

Mariana Fernandes Saldanha

Universidade São Judas Tadeu, SP, Brasil.

Letícia da Costa Radzevicius

Universidade São Judas Tadeu, SP, Brasil.

Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo

Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

Rodrigo Jorge Salles

Universidade São Judas Tadeu, SP, Brasil.

Resumo: O desaparecimento de crianças e adolescentes é uma realidade presente em todo o Brasil. A literatura evidencia que ainda há problemas no processo de busca e localização das vítimas que, somados à incógnita das condições físicas e psíquicas do filho, podem causar nas famílias, e em especial nas mães, uma série de sentimentos angustiantes contribuindo para o surgimento de conflitos e estresse emocional. O objetivo deste trabalho foi compreender o processo de luto de mães que desconhecem a localização e o motivo do desaparecimento do filho. O método do trabalho seguiu uma proposta qualitativa. Foram realizadas entrevistas semidirigidas com cinco mães que frequentam as atividades de uma organização não governamental voltada para familiares de pessoas desaparecidas. A análise dos dados foi feita por meio do procedimento de análise de conteúdo. Observou-se que as mães, devido às fantasias de não terem cumprido adequadamente seu papel, apresentam sentimentos de culpa. Para lidar com esses sentimentos, utilizam mecanismos de defesa cujo objetivo é evitar fatos e lembranças associados ao desaparecimento. Existem também complicações na reestruturação familiar decorrentes do desaparecimento, que somadas a outros fatores, como o descrédito nas buscas, causam nas mães ambivalência entre o cansaço e a esperança de localizar o filho desaparecido. Devido a esses fatores, as mães possuem uma dificuldade em realizar o teste de realidade que constata a ausência do objeto perdido, prejudicando o processo de elaboração do luto.

Palavras-chave: Desaparecimento de crianças, Luto, Reações à Separação, Relações Mãe-Filho.

Analysis of the Grief of Mothers of Missing Children and Adolescents

Abstract: The disappearance of children and adolescents is a present reality in Brazil. The literature shows that there are still problems in the process of seeking and locating victims, in addition to the uncertain physical and psychic conditions of the child, which may cause to the families, especially to mothers, a variety of distressing feelings, contributing to the rise of conflicts and emotional stress. The purpose of this study was to understand the mourning process of those mothers who are unaware of the whereabouts of their children, as well as of their location. This study followed a qualitative method, focused on semi-structured interviews attended by five mothers who are part of a Non-Governmental Organization dedicated to the families of missing people. Data analysis was made through the use of the content analysis procedure. It was noted that mothers, based on fantasies of having failed to fulfill their role adequately, have feelings of guilt. To deal with these feelings, those mothers use mechanisms of defense aimed at avoiding facts and memories associated with the disappearance. Complications on the processes of family restructuring are also brought about by the disappearance, in addition to other factors such as the disbelief in searches, which cause among mothers an ambivalence between tiredness and hope of finding the missing child. Because of these factors, it is difficult for the mothers to perform the reality test which would verify the absence of the subject, to the detriment of the mourning process.

Keywords: Disappearance of Children, Grief, Separation Reactions, Mother-Son Relations.

Análisis del Luto de Madres de Niños y Adolescentes Desaparecidos

Resumen: La desaparición de niños y adolescentes es una realidad presente en todo Brasil. La literatura evidencia que todavía hay problemas en el proceso de búsqueda y localización de las víctimas que, sumados al desconocimiento de las condiciones físicas y psicológicas del hijo, pueden causar en las familias, sobre todo en las madres, una serie de sentimientos angustiantes que contribuyen para el surgimiento de conflictos y estrés emocional. El objetivo de este trabajo fue comprender el proceso de luto de madres que desconocen la localización y el motivo del desaparecimiento del hijo. La metodología del trabajo es cualitativa y semiestructurada. Fueron realizadas entrevistas semidirigidas con cinco madres que asisten las actividades de una Organización No Gubernamental vuelta para familias de personas desaparecidas. El objetivo de este trabajo fue comprender el proceso de luto de madres que desconocen la ubicación y el motivo de la desaparición del hijo. El método del trabajo siguió una propuesta cualitativa. Se realizaron entrevistas semi-dirigidas con cinco madres que frecuentan las actividades de una Organización No Gubernamental dirigida a familiares de personas desaparecidas.. El análisis de los datos se realizó mediante el procedimiento de análisis de contenido. Se observó que las madres, debido a las fantasías de no haber cumplido adecuadamente su papel, presentan sentimientos de culpa. Para lidiar con esos sentimientos, utilizan mecanismos de defensa cuyo objetivo es evitar hechos y recuerdos asociados a la desaparición. Hay también complicaciones en la reestructuración familiar derivadas de la desaparición, que sumadas a otros factores, como el descrédito en las búsquedas, causan en las madres ambivalencia entre el cansancio y la esperanza de localizar al hijo desaparecido. Debido a estos factores, las madres poseen una dificultad en realizar la prueba de realidad que constata la ausencia del objeto perdido, perjudicando el proceso de elaboración del duelo.

Palabras clave: Desaparecimiento de Niños, Luto, Reacciones a la Separación, Relaciones Madre-Hijo.

O desaparecimento no Brasil: aspectos introdutórios

Ficar distante de pessoas queridas pode ocasionar sofrimento e angústia. Este quadro se torna mais complexo quando se trata de um membro de uma família e quando não se sabe ao certo a localização e as condições físicas e psíquicas do indivíduo desaparecido, ou mesmo, se continua vivo. Neumann (2010), Oliveira (2012) e Martins (2012), consideram o desaparecimento como um processo contínuo de não aparecimento de uma pessoa que saiu do ambiente de convivência sem retornar, por motivação própria, como em casos de fuga, sumiço, afastamento dos conhecidos e suicídio, ou por fatores externos, como o sequestro.

Existem três principais motivações para o contínuo não aparecimento da pessoa: a) quando uma pessoa desaparece devido a motivações pessoais “voluntariamente”, como em caso de fuga; b) quando ocorre sem que haja vontade própria “involuntariamente”, exemplos desse tipo são os que envolvem sequestro ou catástrofes naturais, sendo que, nestes últimos,

não é possível encontrar o indivíduo que estava no local do desastre/acidente; c) quando o próprio indivíduo não tem consciência sobre sua condição de desaparecido, casos estes que podem ocorrer devido a alguma deficiência mental, falta de informação, imaturidade psicológica, dentre outros (Neumann, 2010).

Oliveira (2007) problematiza as medidas adotadas pelas instâncias superiores diante do desaparecimento. Em sua pesquisa, observou que os policiais que atuam nas delegacias de polícia possuem pouco conhecimento sobre os procedimentos a serem adotados quando ocorre um desaparecimento. Prova disso é que existem relatos de famílias que ao procurarem os departamentos de polícia, foram orientadas a aguardar 48 horas para realizar o boletim de ocorrência sobre o desaparecimento, contrariando a Lei nº 11.259, de 30 de dezembro de 2005, que explicita que:

§ 2º A investigação do desaparecimento de crianças ou adolescentes será realizada imediatamente após notificação aos órgãos competen-

tes, que deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido.

Oliveira (2007) considera que existe uma cultura policial que, por não considerar o desaparecimento um crime, tende a rejeitá-lo como objeto de investigação. A recusa em atender as famílias imediatamente após o ocorrido interfere no sucesso de reencontrar o desaparecido, pois é nas primeiras horas após os desaparecimentos que existem maiores possibilidades de identificar testemunhas e obter informações que auxiliem na localização do desaparecido. Os dados estatísticos com relação ao número de pessoas desaparecidas e desaparecimentos diários também são afetados, já que as famílias acabam não registrando o fato em um boletim de ocorrência, ou acabam aguardando alguns dias para realizá-lo.

Em se tratando das fontes de informações sobre o número de crianças e adolescentes desaparecidos no Brasil, verifica-se uma grande dificuldade em delimitar números exatos, não havendo uma fonte confiável de informações. O Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (<http://www.desaparecidos.gov.br/index.php/info-de-apoio>) informa que atualmente o número de crianças e adolescentes desaparecidos, em 20 estados brasileiros, é de 370, contudo eles apontam que a composição e manutenção dos dados nacionais é um desafio, ou seja, existe uma dificuldade de manter os dados sempre atualizados e precisos. Segundo Neumann (2010), a Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (ReDESAP) registra em torno de 40.000 desaparecimentos anualmente no Brasil. Foi constatado que existem dados que chegam ao serviço de proteção social, mas não chegam ao sistema formal de notificação através do Boletim de Ocorrência, como resultado, as informações ficam inconsistentes e o número real de desaparecidos fica incerto (Neumann, 2010).

No que diz respeito às ferramentas para localização de crianças e adolescentes desaparecidos, no site do Ministério da Justiça (Brasil, [n.d.]) (<http://portal.mj.gov.br/desaparecidos/>) é possível consultar os casos de desaparecimento cadastrados, contudo, os cadastros são realizados apenas para pessoas que estão desaparecidas há pelo menos 30 dias, contra-

riando a Lei nº 11.259 (2005), citada anteriormente. Também se observa no site do MJ que existem dificuldades para operacionalizar as buscas, um exemplo disso é que existem muitas fotos de pessoas que na época de seu desaparecimento eram crianças, e que, agora, já teriam se tornado adultas, o que dificulta o reconhecimento da pessoa desaparecida.

As dificuldades na busca e localização podem acarretar diversas consequências às famílias em que há um membro perdido. Souza (2007) investigou como as famílias se reestruturam após o desaparecimento de um integrante do grupo. A partir de estudos de casos, o autor pôde constatar que o desaparecimento de um indivíduo pode desestruturar toda a família nos aspectos individual e grupal, demandando uma redistribuição de papéis na família para se manter equilibrada. O autor também destaca que a organização familiar pode se estagnar com a espera, aguardando algo que pode nunca chegar, o que impede os familiares de tomarem decisões referentes ao desaparecido.

Em pesquisa sobre a reestruturação familiar de duas famílias após o desaparecimento de um filho, Bareicha (2009) constatou uma ambivalência nos discursos dos membros diante da experiência de perda, com a eclosão de sentimentos de raiva, medo, culpa, impotência, tristeza, descrença, esperança, fé e negação. As estratégias de enfrentamento identificadas envolviam a comunicação entre os membros, a fé, a manutenção da esperança de reencontrar o membro desaparecido e a elaboração de planos futuros.

Freire (2013) realizou entrevistas com dezoito mulheres familiares de desaparecidos comuns e políticos. A autora destaca dois movimentos observados nestas mulheres durante o pós-desaparecimento: a) a vivência da situação na perspectiva individual, acompanhada de uma introspecção e impossibilidade de falar sobre a perda; b) a transformação da perda em objeto público por meio da exposição da dor em busca de justiça, tornando o desaparecimento uma causa social.

Luto e desaparecimento: uma leitura psicanalítica

Existe um grau de investimento afetivo estabelecido entre os familiares e, quando um deles está desaparecido, emerge o sentimento de luto, que é diferente do sentimento de uma perda por morte (Oliveira, 2008). A incógnita quanto ao paradeiro e hábi-

tos diários como alimentação, sono e cuidados, pode causar na família uma grande comoção e sofrimento.

Para uma mãe, o sofrimento pode ser ainda maior, pois leva em consideração os aspectos maternos de cuidado, além da dor do desaparecimento de um filho. O impacto pode ser ainda mais avassalador quando o indivíduo desaparecido trata-se de uma criança, considerada frágil e necessitada de cuidados (Garcia, 2010).

Para compreender quais os sentimentos evocados em mães durante o processo de luto a partir de um referencial psicanalítico, é necessário entender a natureza do investimento psíquico materno na relação mãe-bebê. De acordo com Freud (1914/2010), em “Introdução ao narcisismo”, quando uma mãe concebe um filho, ela o percebe como parte do seu próprio corpo, e dessa maneira pode dar o pleno amor objetal, investindo afetivamente neste objeto, mas também investindo a si própria, já que o objeto é percebido como uma extensão de si. Tal aspecto se deve a revivescência do narcisismo primário materno a partir do exercício da maternidade, que permite a mãe amar e idealizar o seu filho, que ocupará o espaço de seus próprios ideais e fantasias. Assim, a dor da perda de um filho pode ser sentida por uma mãe como se uma parte dela fosse arrancada e levada embora junto com ele, tendo em vista todo o investimento afetivo destinado à criança desde sua concepção.

Por sua vez, a compreensão da dinâmica observada no processo de luto foi abordada por Freud em seu ensaio “Luto e melancolia” (Freud, 1917/2010). Para o autor, tanto o luto quanto a melancolia são reações à perda de um objeto real, mas que podem percorrer caminhos distintos ultrapassando a normalidade factual de um período de elaboração pela perda e resultando na produção de um quadro patológico.

Freud (1917/2010) descreve os sintomas presentes nessas duas categorias: desânimo profundamente penoso, cessação do interesse pelo mundo externo, perda da capacidade de amar, inibição de toda e qualquer atividade, diminuição do sentimento de autoestima, podendo ainda contemplar insônia e redução do apetite. Para Freud (1917/2010), o único sintoma que diferenciaria a melancolia do luto normal seria a diminuição da autoestima acompanhada da auto recriminação apresentada pelo paciente melancólico.

Em termos econômicos, no estado de luto, o Ego adotaria uma exclusiva devoção ao objeto perdido, desconsiderando outros propósitos e interesses. Esse

processo teria seu início a partir da constatação, pelo teste de realidade, de que o objeto amado não existe mais, exigindo uma retirada da libido investida. Freud (1917/2010) destaca que o processo de desinvestimento libidinal é demasiadamente árduo e lento, exigindo a retirada gradual da energia psíquica investida em cada lembrança do objeto, mesmo nos casos em que um objeto substituto já se mostra disponível. Em seu curso normal, o resultado final do processo de luto é libertação e desinibição do Ego para a realização de novos investimentos libidinais.

Na Melancolia, esse processo tem um desfecho diferente. Diante da perda de um objeto altamente investido, a libido não é desinvestida e deslocada para outro objeto, mas sim direcionada ao próprio Ego, em um processo que resulta na identificação do Ego com o objeto perdido, caracterizando o eixo narcísico da melancolia e que justificaria a recusa da realidade por parte do melancólico. Conclui-se então que no luto o que ocorreria seria a perda do objeto, enquanto que na melancolia o processo envolveria a perda do próprio Ego. O objeto passa a habitar o Ego de forma a se confundirem, instaurando também uma das principais características da melancolia, a ambivalência de sentimentos em relação ao objeto. Na mesma proporção em que sente amor e devoção pelo objeto, o indivíduo também experimenta um grande ódio pelo seu abandono. Essa tendência sádica em relação ao objeto é deslocada ao próprio Ego na forma das auto recriminações, punições e torturas nas mais variadas formas.

Oliveira (2008) afirma que o sentimento de culpa está presente em mães cujos filhos estão desaparecidos. Além da culpa associada ao desaparecimento, também há situações em que as mães se culpam por não conseguirem localizar os filhos. Segundo a autora, a ideia de que poderiam ter impedido o desaparecimento do filho, e os sentimentos de fracasso na função materna, associados ao desconhecimento da localização do filho, dificultam a elaboração do luto, o que pode impedir a ressignificação da relação das mães com o filho ausente.

Como apontado anteriormente, a situação de desaparecimento impõe particularidades nos caminhos de elaboração psíquica, tornando o processo de luto diferente daquele observado em situações de perda por morte. Assim, justifica-se a necessidade de estudos que abordem o luto materno em situações em que o desconhecimento do paradeiro do filho e suas condições físicas e psíquicas gera uma incógnita que

impossibilita a abertura de novos caminhos para investimentos psíquicos. Com o intuito de compreender o processo de luto de mães que não convivem mais com seus filhos, por não saberem o paradeiro e o motivo do desaparecimento, este trabalho investigou e analisou como ocorre o processo de elaboração do luto vivenciado por essas mães. Para isso, buscou-se compreender os sentimentos evocados diante da perda de um filho, os recursos psíquicos e medidas de apoio utilizadas pelas mães para lidar com esta experiência e também as alterações sofridas na dinâmica familiar após o desaparecimento de um membro da família.

Método

Participaram desta pesquisa cinco mães vinculadas a uma organização não governamental (ONG) no município de São Paulo que presta assistência aos familiares de pessoas desaparecidas. O critério para inclusão teve como principal preceito a disponibilidade para participação da pesquisa e o tempo mínimo de um ano transcorrido desde o desaparecimento do filho. O projeto de pesquisa foi submetido à aprovação do Comitê de ética da Universidade São Judas Tadeu e foi aprovado sob o número do Parecer nº 1.591.608 no dia 15 de junho de 2016.

Os instrumentos utilizados foram: questionário de caracterização socioeconômico elaborado pelos pesquisadores e um roteiro de entrevista semidirigida com 21 questões pertinentes ao objetivo da pesquisa. Foi feito contato com uma ONG que forneceu o contato e autorizou a realização das entrevistas com as cinco participantes que aceitaram fazer parte da pesquisa. As entrevistas foram agendadas diretamente com as participantes e realizadas em suas residências. Após consentimento das participantes, as entrevistas

foram gravadas e os dados foram transcritos pelas pesquisadoras, sendo posteriormente apagados e os registros arquivados por um período de um ano.

Como método de tratamento dos dados desta pesquisa, optou-se pelo uso do procedimento de análise de conteúdo. No presente estudo, foi utilizada uma adaptação da análise de conteúdo proposta por Campos (2004) e Campos e Turato (2009).

Para a análise do material foram seguidas as seguintes etapas: (1) pré-exploração do material; (2) seleção de unidades temáticas relacionadas com o foco deste estudo; (3) construção de categorias temáticas. Tendo em vista uma exposição mais dinâmica para a discussão dos resultados, na confecção deste artigo, foi feita a opção pela apresentação das categorias na forma textual, utilizando trechos dos relatos das entrevistas como meio de ilustração da discussão.

Resultados e discussão

O intervalo etário das participantes mostrou-se heterogêneo, contemplando participantes entre 22 e 75 anos de idade. Este aspecto refletiu também no tempo de desaparecimento dos filhos, que demonstraram variação de 3 a 22 anos de desaparecimento. Os dados das participantes e dos filhos desaparecidos são descritos na Tabela.

Para a apresentação dos dados, foi selecionada uma proposta de exposição que tenta dar conta da compreensão da experiência de luto das participantes a partir de uma sequência temporal. Este formato de apresentação dos dados permitiu uma análise processual da dinâmica emocional das participantes, possibilitando uma apresentação didática e inteligível, que favoreceu o agrupamento de informações comuns em um mesmo eixo, que teve como ponto de referên-

Tabela

Identificação das participantes.

Iniciais das mães	Grau de parentesco mãe	Idade	Relacionamento atual	Grau de parentesco pai	Gênero do filho desaparecido	Idade do filho na época do desaparecimento	Tempo de desaparecimento
I.	Biológica	54 anos	Viúva	Biológico	M.	17 anos	20 anos
LA.	Biológica	22 anos	Solteira	Biológico	F.	3 anos	3 anos
LR.	Biológica	55 anos	Separada	Biológico	F.	5 anos	22 anos
M.	Biológica	54 anos	União estável	Biológico	M.	14 anos	20 anos
N.	Adotiva	75 anos	Casada	Adotivo	M.	17 anos	16 anos

cia a sequência dos fatos relacionados ao desaparecimento. A partir da análise de conteúdo aplicada às entrevistas, foram eleitas as seguintes categorias temáticas: 1) A relação prévia; 2) O momento do desaparecimento; 3) O desaparecimento na atualidade.

A relação prévia

Neste tópico será abordado como, na atualidade, as mães percebem e descrevem o relacionamento com os filhos antes do desaparecimento. A hipótese inicial levantada em um momento anterior à execução do trabalho de campo foi de que a dinâmica da relação prévia poderia influenciar diretamente na vivência do processo de luto dessas mães. Entretanto, a análise das entrevistas apontou que a tarefa de situar com exatidão o tipo de relação objetal e a dinâmica afetiva estabelecida entre mãe e filho no passado é uma tarefa quase impossível. O dado ao qual se tem acesso no momento da entrevista é a dinâmica do tempo vivido, ou seja, a experiência emocional atual. Ao relatarem fatos passados, os afetos demonstrados pelas mães, associados a lembranças da relação prévia, são permeados por emoções e fantasias da atualidade, assim como possíveis fantasias e expectativas futuras. Estes elementos tornam o relato das mães uma experiência atemporal, já que o passado e o futuro passam a ser encarados como prospecções e construções mentais, tendo como principal exemplo as diversas fantasias inconscientes identificadas nos relatos.

De acordo com Freud (1915/2010), uma das características do inconsciente é a de ser atemporal, ou seja, ele não se organiza em relação ao tempo cronológico. Os dados aos quais os pesquisadores tiveram acesso foram os estados emocionais evocados diante das lembranças e não os fatos em si. Ainda que não tenha sido possível acessar dados do relacionamento real, as fantasias a ele associados foram de fundamental importância para a compreensão do processo de luto e sua apresentação em termos sequenciais tornou mais fácil a compreensão dos sentimentos evocados diante do desaparecimento.

Os dados reais da relação prévia apresentaram-se mascarados por mecanismos de defesa, recursos inconscientes utilizados pelas mães para evitar o contato com a dor relacionada à perda e o sentimento de culpa que está presente em diferentes intensidades em seus relatos. Esta culpa pode ser atribuída a pendên-

cias ou problemáticas que ocorreram no passado, como possíveis brigas, desentendimentos e faltas cometidas no cuidado com o filho, sejam elas faltas reais ou fantasiadas, mas que tem como ponto em comum o desencadeamento do sentimento de que não foram tão boas quanto acreditam que deveriam ser no papel de mãe. Como exemplo, a fala de LA.: “Nunca tinha falado pra ela assim, filha, não vai com estranhos, que eu nunca ia saber que ia acontecer isso né [...] Se tivesse explicado antes, talvez ela não ia”. A fala da participante demonstra que as supostas falhas na relação prévia incrementam o sentimento de culpa relacionado ao desaparecimento. As defesas mais evidentes nas entrevistas com as mães foram a negação, anulação e também a idealização.

As defesas de evitação, como a negação e a anulação, cumprem o objetivo de manter afastada a angústia relacionada à perda, como também, o sentimento de culpa associado a possíveis faltas cometidas na relação prévia. McWilliams (2014) define negação como uma forma de recusar-se a aceitar experiências que estejam acontecendo. Ela apresenta-se como uma reação automática dos seres humanos ao receberem más notícias, como se, ao negar a realidade, o indivíduo não tivesse contato com a situação, dando a sensação de que ela não tivesse acontecido. Neste trabalho, a negação foi apresentada de duas maneiras: na forma de negação de lembranças e situações associadas ao desaparecimento e a negação de aspectos conflituosos na relação prévia com o filho. Como exemplo, pode ser visto na fala de LA.: “Olha, eu penso nela todo dia, mas eu evito pensar no desaparecimento, eu evito o máximo [...] pensar no caso dela desaparecida eu evito, mas eu lembro dela todo dia”; e na de N.: “Ele não era agressivo, não era perigoso, não andava armado, nada, não era santo né era um adolescente igual a todos né, meio boca suja, mas não era agressivo, não, e nem perigoso, então era assim normal né.”

Já na anulação, o indivíduo ao cometer uma ação que causa culpa ou ansiedade, compensa essa ação através de comportamentos ou falas opostas ao que foi feito ou dito anteriormente¹. Este mecanismo pode ser ilustrado pela fala de I.:

Ah, era um relacionamento bom, é ele não obedecia muito eu mesmo né, por causa [...] do meu jeito de ser, mas não, ele tinha até um medo, um certo medo de mim, por causa de ser mãe,

¹ Perry, J. C. (1990). *Escalas de avaliação dos mecanismos de defesa* (5a ed.) (D. Wiethaeuper, & E. M. P. Yoshida, trads.). Manuscrito não-publicado.

entendeu? Um respeito, um respeito sim. Mas tinha a desobediência né, mais respeito por causa de ser mãe, sempre me respeitou, sempre, sempre mesmo, isso eu não posso falar que não.

Esta participante tem um histórico de vida conturbado, pois fez uso de drogas, inclusive no período de gestação do filho e relatou falhas cometidas na relação prévia. Observou-se o uso de medidas de evitação em seu discurso, o que pode ser evidenciado pela dificuldade em verbalizar determinados conteúdos relacionados ao período em que fez o consumo intenso de substâncias químicas. Contudo, o uso das drogas pode ter causado lapsos de memória, dificultando o relato de algumas informações.

Além das defesas de evitação, foi possível identificar também o uso de uma defesa de natureza narcísica, a idealização, utilizada como meio para preservar a imagem prévia do filho, atribuindo-lhe valores excessivamente positivos, evitando a descrições de conflitos pregressos, para não entrar em contato com o sentimento de culpa associado a possíveis falhas ou faltas anteriores. Embora a pessoa idealizada, ou mesmo a relação estabelecida com ela, tenham imperfeições, a importância destes defeitos é diminuída e a imagem do sujeito é altamente valorizada². Um exemplo disso é que a maioria das mães mencionam os filhos como alegres, sociáveis, desinibidos e falantes. Das características apresentadas durante as entrevistas, apenas duas mães mencionaram os filhos como ciumentos e uma mãe acrescentou que o filho era mentiroso. Cabe ressaltar que, mesmo nas narrativas que contém críticas, ou mesmo relatos com conotação negativa, estas descrições misturam-se a outros relatos nos quais tendem a valorizar os aspectos positivos do filho, demonstrando forte ambivalência. A idealização também pode ser vista na fala de N.: “Todo mundo gostava dele” e de I.: “[o filho] se dava com o mundo”.

Em sua pesquisa, Freire (2013) fala sobre a “defesa da honra do familiar” que aparece no discurso das mães entrevistadas a partir de constante reiteração de que o familiar não estava envolvido com a criminalidade e/ou uso de drogas. Movimento semelhante envolvia enfatizar que não houve abandono familiar prévio ao desaparecimento. Para a autora, os dois discursos têm por objetivo retirar a culpa imputada socialmente ao membro desaparecido visando justificar seu desaparecimento.

Apesar da idealização ser uma defesa frequente no relato destas mães, foi possível observar a relação entre o uso desta defesa e o tempo de desaparecimento do filho. A carga de idealização parece ser mais forte em casos em que o filho encontra-se desaparecido há um maior espaço de tempo, como pode ser evidenciado nas entrevistas conduzidas com as participantes LR., M., I., e N. Porém, esta mesma defesa não foi evidenciada no relato de LA., a mãe mais jovem do grupo, e cuja filha desapareceu há um menor período de tempo (três anos). Ela não apresenta o traço de idealização visto nos outros relatos, mas faz o uso intenso da negação, o que pôde ser visto em sua recusa aberta em responder às perguntas referentes aos sentimentos evocados ao receber a notícia do desaparecimento. Ao negar-se a responder estas perguntas, ou dar respostas objetivas e sucintas, a participante parece demonstrar a dificuldade em lidar com um luto que ainda é recente.

O momento do desaparecimento

Neste tópico será abordado a maneira como ocorreu o desaparecimento, as hipóteses apresentadas pelas mães e medidas legais e informais adotadas na busca pelo desaparecido. Com relação à maneira que ocorreram os desaparecimentos, a filha de LA. com três anos e a filha de LR. com seis anos desapareceram de maneiras semelhantes, sendo que a primeira estava brincando em frente à casa da avó e a segunda brincava com as crianças do prédio em que residia. A mãe de LA. foi quem percebeu a ausência da criança, enquanto a própria LR. se deu conta do desaparecimento da filha. Em ambas as situações, quando as responsáveis foram procurá-las, as crianças já não estavam mais no local em que foram vistas pela última vez. Já entre os adolescentes, foram descritas situações distintas envolvendo os desaparecimentos. O filho de M. foi visto pela última vez jogando bola em um campo de futebol perto de sua residência. No caso de I., seu filho saiu à tarde, informando para família que iria pegar o trem e não retornou. Já o filho de N. não dormiu em casa, sendo que sua ausência só foi percebida na manhã seguinte.

Quatro mães procuraram ajuda assim que constataram a ausência do filho, sendo elas, LR., LA., M. e N. Apenas I. aguardou alguns dias para começar as buscas. Segundo I., o filho costumava dormir fora de

²Perry, J. C. (1990). *Escala de avaliação dos mecanismos de defesa* (5a ed.) (D. Wiethaeuper, & E. M. P. Yoshida, trads.). Manuscrito não-publicado..

casa e era usuário de drogas, o que fez com que ela aguardasse mais tempo para procurá-lo, pois acreditava que ele voltaria em breve. De acordo com Oliveira (2012), o período de espera pelo retorno do filho irá variar de acordo com o histórico de comportamento apresentado por ele, considerando, por exemplo, o hábito de sair sozinho, dormir fora de casa ou visitar amigos. Três mães, LR., LA. e M. iniciaram as buscas com apoio dos familiares e vizinhos pelo bairro, no momento que perceberam a ausência dos filhos. N. percebeu que o filho não havia dormido em casa no período da manhã, quando ia para o trabalho. Apesar de ter se preocupado, acreditou que ele retornaria, indo para o trabalho e realizando diversas ligações para casa a fim de ter notícias do filho. Uma vez que ele não havia retornado, a mãe iniciou as buscas.

Mesmo tendo iniciado as buscas de maneira autônoma, as quatro mães LR., LA., M. e N. procuraram a delegacia algumas horas depois do desaparecimento. Apenas I. aguardou alguns dias para realizar o boletim de ocorrência. Três mães, M., N. e LR. queixaram-se do desinteresse dos policiais pelo seu pedido no momento em que foram realizar o boletim de ocorrência na delegacia. M. relatou que os policiais recusaram-se a abrir o boletim de ocorrência, alegando que ela deveria aguardar 48 horas para fazer a ocorrência. Segue a fala de M. com o delegado: “Pois é, o senhor vai esperar 48 horas porque não é o seu filho que está desaparecido, é o meu, entendeu? Porque se fosse o seu [...]”. LA. também queixou-se sobre a espera para que pudesse registrar a ocorrência: “Fiquei procurando a madrugada, no outro dia fui na polícia porque eles não quiseram registrar o boletim no dia, agora eu acho que eles registram no dia, mas antes eles não registravam.”

Hospitais, o Instituto Médico Legal (IML), a Delegacia Estadual de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), ONGs e programas de televisão também foram citados pelas mães como meios procurados para auxiliar nas buscas. LR. relatou sobre as ações que tomou mediante a situação, “Comecei a procurar no bairro todo, coloquei carro avisando, coloquei cartaz em todos os postes, todos os prédios, tudo, tudo o que você imaginar eu fiz”. M. também contou sobre sua trajetória de buscas pelo filho desaparecido: “Fui nos IML, olhava uns álbum dessa altura com corpo que eles acha em estado de decomposição, chegava aqui não comia, porque eu fiquei com aquilo na minha cabeça”.

Em todos os relatos das mães entrevistadas, observou-se que existe uma deficiência de informações acerca do desaparecimento. Muitas informações são apresentadas de maneira confusa e com lacunas, o que dificulta a elaboração de hipóteses coerentes. Nas situações onde os desaparecidos eram crianças pequenas, dentre as hipóteses levantadas pelas mães, a principal é de que elas tenham sido subtraídas por desconhecido, conforme ilustrado no relato de LA:

Ela estava brincando na frente, aí minha mãe passou (na rua) e viu ela, na hora que passou de novo já não viu mais, aí ninguém viu se ela saiu sozinha ou se alguém entrou (na rua) porque era tudo criança, não sabe dizer né, ou então se alguém entrou e pegou ela.

Já dentre os adolescentes surgem hipóteses distintas sobre o desaparecimento. I., na época do desaparecimento do filho, era usuária de drogas e fazia uso excessivo de bebidas alcólicas. Ela acredita que essa condição pode ter contribuído para que o filho se afastasse. N. supõe que o filho foi obrigado a se esconder, pois ele estaria sendo ameaçado por ter se recusado a participar de um assalto. M. não acredita que o filho tenha fugido, e sim que ele provavelmente tenha sido levado por um desconhecido.

A falta de informações envolvendo as situações de desaparecimento faz com que as mães fantasiem e criem hipóteses sobre o que teria acontecido com os filhos. Este aspecto pode ser observado na fala de LR., que comentou sobre casos de desaparecimento na região que morava na época:

Essa minha vizinha que ela estava brincando com a menina dela, uma semana que tinham levado minha filha tentaram levar o filho dela, porque o menino dela lembra muito meu menino caçula, então a gente acha que quem levou minha menina tentou levar o filho dela achando que era irmão dela, tendeu?

Com relação ao contexto socioeconômico das mães entrevistadas, observou-se características semelhantes entre as famílias dos desaparecidos. Todas as famílias eram moradoras de regiões carentes ou periféricas do estado de São Paulo, onde situações de violência fazem parte de seu cotidiano. Aqueles que desapareceram na adolescência, aparecem mais próximos de situações envolvendo a criminalidade. N. mencionou

que o filho recebeu um convite para participar de um assalto, e I., além de associar a própria dependência química como um fator para o filho sair de casa, também relacionou a dependência química do filho como outro fator que pode ter motivado o desaparecimento.

No que diz respeito ao grau de escolaridade das mães, LA e N. possuíam o ensino médio completo, LR completou o ensino fundamental e I. e M. não completaram o ensino fundamental. Observou-se que algumas mães apresentaram dificuldades em encontrar o vocabulário adequado para verbalizar suas experiências. Tal dificuldade pode estar relacionada não apenas ao nível de escolaridade, como também à dificuldade de nomear os sentimentos associados à perda. A fala de M. ilustra essa dificuldade em encontrar palavras que definam seus sentimentos, “Foi difícil, foi desesperador, foi muito [...] Af [...] Foi terrível, muito, ixi...”.

Todas as mães relataram que tiveram apoio familiar na busca dos filhos logo após ocorrerem os desaparecimentos, contudo, na maioria dos relatos, observou-se que aconteceram mudanças nessas relações que serão melhor exploradas no próximo tópico. Apenas na família de I., não houve mobilização imediatamente a partir da percepção da ausência do filho, como é possível observar em sua fala “É [...] tipo assim, desapareceu, desapareceu, uma hora vai voltar, até não se preocuparam muito, eu não vou mentir”.

O desaparecimento na atualidade

Neste tópico serão discutidas as repercussões dos desaparecimentos, abordando as formas de enfrentamento utilizadas pelas mães mediante do acontecimento, desde os primeiros anos de desaparecimento até os dias de hoje, bem como as mudanças em suas vidas e as repercussões emocionais presentes na atualidade.

Todas as mães relataram a importância das redes de apoio externo, em especial, o apoio familiar. Contudo, observou-se nas entrevistas que, passado o tempo, os demais membros da família tentam reconstruir suas vidas e retomar suas rotinas, enquanto as mães demonstram maiores dificuldades em retomar sua vida anterior, como podemos observar na fala de LR.:

Eu fiquei uma pessoa mais fechada, até da minha família mesmo, eu sei, até minha irmã que mora aqui, pergunta para ela para você vê, como é difícil a gente se ver. Eu me afastei, me fechei sabe? Você acaba mudando, não tem jeito.

Houve relatos em que, aparentemente, os familiares não demonstraram esperança em encontrar o ente perdido, sendo essa uma postura negativa para algumas mães, já que, para elas, independentemente do tempo, os filhos desaparecidos podem retornar.

A maior participação e engajamento feminino no processo de busca e nas organizações para familiares de pessoas desaparecidas também foi observada na pesquisa de Freire (2013). A autora levanta a hipótese de que a presença feminina se deve à construção social em torno do papel da mulher, a quem é delegado à posição de cuidadora em detrimento ao papel masculino de provedor.

A figura paterna, em quase todas as entrevistas, foi citada pelas mães como indivíduos pouco colaborativos com a busca dos filhos após decorrido algum tempo do desaparecimento. Atualmente, apenas N. continua casada com o pai do filho desaparecido, porém, refere-se ao marido como sendo o oposto dela, demonstrando que apesar de estarem juntos, na atualidade existem dúvidas sobre o relacionamento: “Ele é uma boa pessoa, mas se fosse hoje eu não sei se teria casado, teria procurado uma pessoa mais parecida comigo”. Já M. relatou sobre sua separação como algo influenciado pelo seu distanciamento “[...] um ano e meio depois que meu filho desapareceu ele arrumou outra. Arrumou outra mulher, foi embora, quer dizer, eu também tive a minha parcela de culpa, porque eu não tinha tempo pra ele”. Dentre as outras mães, I., já estava viúva, enquanto LA e LR já estavam separadas dos pais biológicos dos filhos antes do desaparecimento. Na fala a seguir LA menciona a diferença na postura adotada pelo pai e familiares com relação ao desaparecimento: “Sei lá, eles agiram assim normal, não agiu assim da forma que é mãe, mãe é diferente né... Homem já não demonstra tanto né, é diferente”. Atualmente, apenas M. estabeleceu um novo relacionamento após o desaparecimento.

Das cinco mães entrevistadas, três trabalhavam fora de casa e ficaram afastadas de seus respectivos empregos, uma era dona de casa e a última era usuária de drogas, condição que não permitia com que ela trabalhasse. Pode-se observar na fala de M. as implicações do desaparecimento em sua vida profissional, “Até um ano eu não trabalhava não porque eu não tinha estrutura pra trabalhar, mas depois disso, eu tive que trabalhar até mesmo porque eu virei mãe e pai dos outros, sabe?”.

As buscas pelos desaparecidos atualmente ocorrem a partir de divulgação feita por meio de passeatas,

quadros em programas de televisão, que falam sobre o desaparecimento, e divulgação da foto do desaparecido pela internet. Todas as mães acreditam que divulgar as fotos dos filhos, principalmente na televisão, aumenta as chances de encontrá-los, uma vez que existem maiores possibilidades de serem reconhecidos. Contudo, observou-se também que muitas vezes deixam de participar ativamente de passeatas e de buscas pelo sistema governamental, pois existe um descrédito das mães em relação aos sistemas de buscas, uma vez que as medidas adotadas por tais sistemas geram pouco retorno de informações e resultados, evidenciado na seguinte fala de LR.:

Agora, se tem uma reportagem que tem e eu acho que é importante para algum lugar, eu vou, como já viajei para vários lugar, ai eu vou, do contrário não precisa nem me chamar. Eu falei, olha se é besteira, não precisa nem me chamar que eu não vou. Não to vendo resultado. Ai fala que já achou tanto e tantos, aí se chega nelas e falo cadê? Onde tá? Porque se encontrou você quer saber de que forma foi encontrado, onde foi encontrado, quando foi a situação, aí elas não tem o que te falar, desanima né.

N., M. e LA., afirmam ainda participarem ativamente de ONGs que fornecem apoio para familiares de desaparecidos. I. justificou que interrompeu sua participação devido à distância de sua residência e LR. afirmou que só se interessa em participar de grandes ações em que a divulgação pode aumentar as chances de encontrar a filha, porém, tem sido seletiva, e não tem aceitado participar de muitos eventos porque não obtém nenhum retorno positivo. Em pesquisa similar, Souza (2007) observou este mesmo movimento de descrédito das mães em relação ao atual sistema de busca, uma vez que até mesmo os funcionários da polícia militar influenciam os familiares das vítimas a pensarem que os desaparecidos fugiram por vontade própria.

A descrença nas buscas também é direcionada a outros trabalhos como as ONGs e os movimentos de mães com filhos desaparecidos. Elas descreveram o cansaço que sentem com relação às buscas, principalmente aquelas cujo período de desaparecimento do filho é maior. Um exemplo disso é trajetória de buscas enfrentada por LR. que já dura 22 anos. Na fala a seguir ela refere-se ao cansaço que sente atualmente, e também a dúvida sobre a eficiência de determinados meios utilizados para auxiliar nas buscas:

Chega uma hora que cansa, se é uma coisa que você vê que dá resultados né, mas domingo sim, domingo não, nós tá lá na [...], para ficar lá em frente à igreja da Sé, com cartaz para ficar mostrando. Aí eu falei não, eu tenho mais quem depende de mim, eu vou lá para ficar sentada naquele sol o dia todinho torrando minha cabeça?. Eu ia, mas não vou mais [...].

Uma situação observada nas entrevistas de LR., LA., M. e N. diz respeito a telefonemas anônimos feitos para as famílias, contendo informações falsas, conteúdos ofensivos ou ameaçadores. Todas as mães, com exceção de I., em algum momento foram vítimas desses trotes, como visto na fala de LR.:

Polícia mesmo, cansou de ir comigo atrás dos trote, marcava comigo, eu ia, chegava no lugar não tinha ninguém, não aparecia ninguém. Aí quando eu chegava em casa ligava de novo falando que não ia ser mais nesse lugar, ia ser em outro. Ai, vou. Muita loucura, sabe?

Outras questões de âmbito mais pessoal e sentimental aparecem nas entrevistas, como a esperança em reencontrar o filho e as conseqüentes fantasias criadas para dar um sentido ao desaparecimento. Todas as mães responderam que possuem esperanças em reencontrar o filho. A fala de LR. exemplifica esse sentimento, a participante afirma que: “Se alguém pensa que eu vou desistir, enquanto tiver vida, saúde, esperança eu não perco não”. Além dos conflitos internos, as mães lidam com a pressão de pessoas próximas que sugerem que elas abandonem a esperança. M. relatou uma fala que costuma ouvir de seus parentes “Você ainda tem esperança? Eu fosse você parava com isso, você tá perdendo tempo, eu digo o tempo é meu, então eu vou porque enquanto eu existir eu tô indo buscar a verdade”.

A todo momento as mães trazem fantasias relacionadas a situação atual dos filhos, se estariam casados, se lembrariam da família que tinham quando mais novos, se já pensaram em voltar para casa, e por qual motivo ainda não retornaram. As fantasias sobre como seus filhos estão atualmente apresentam-se de várias formas. Em alguns momentos, podem ter características reconfortantes, como no caso de LR.:

Eu tenho amigos meus que falam assim: “Nossa já pensou você é até avó e nem sabe? Já pensou sua

filha aparece do nada, já casada e com filho?” Ai eu brinco: “Não, para com isso, eu quero minha filha estudada, bem na vida, não aqui cheia de filho não”.

Já em outros momentos, podem emergir com elementos agressivos e cruéis, como exemplificado na fala de LR. sobre o que outras pessoas poderiam ter dito a sua filha desaparecida: “Sua mãe te deu, sua mãe morreu, sua mãe não quis mais você”. LA. apresenta expectativas de que a filha pode estar recebendo cuidados, ao mesmo tempo que pode ter se esquecido da mãe, demonstrando a ambivalência de sentimentos, que misturam aspectos reconfortantes e punitivos. Tais fantasias são associações relacionadas a diversos sentimentos, como a culpa, o medo e esperança. Elas atuam de forma a trazer certezas onde só há dúvidas e angústia por um eterno não saber, deixadas pelo desaparecimento.

Observou-se que estas mães apresentam dificuldades na elaboração do processo de luto, pois não foi permitido a elas realizar o teste de realidade que comprova a ausência completa e definitiva do objeto. Essa condição faz com que as mães enfrentem um dilema interno, entre a necessidade de manter as esperanças em reencontrar o filho desaparecido e o sentimento de culpa, caso não alimentem essa esperança constantemente. A fala de LR. exemplifica a falta de um dado de realidade: “Tentaram me fazer acreditar né, em coisas que eu achei que não era, falei: não [...] tá bom, é ela? Então prova pra mim, dá as ossada dela ai que eu quero ver!” N. faz o contraponto do sofrimento pela morte de um outro filho e o desaparecimento, e diz “[...] não vou esquecer nunca, não enterrei ele. O outro eu enterrei, doeu muito, mas esse não. Tem sepultura aberta, espero que se feche ela vazia, mas vou esperar.” Tal comparação também pode ser vista na fala de LR. “Um desaparecimento, eu vou falar pra você, é uma coisa pior que a morte, porque na morte a gente sabe onde está o filho né, no desaparecimento não.” Neumann (2010) afirma que o desaparecimento é um fenômeno ainda mais complexo do que a morte, sendo que ausência de rituais, o prolongamento indefinido da falta, e o julgamento de outras pessoas podem ser fatores que dificultam a elaboração do luto, assim como observado nos relatos das mães entrevistadas.

O dilema entre a superação e a manutenção da esperança em familiares também foi abordado por Endo (2016) em um trabalho sobre os efeitos sociais,

políticos e psíquicos do desaparecimento forçado praticado durante o período da ditadura militar brasileira. Para o autor, o destino do desaparecido irá ocupar um lugar fronteiro no imaginário de quem fica, nutrido pela esperança, mas também pelo estado constante de tristeza que não pode cessar, pois superá-la seria admitir ou a vida, ou a morte do desaparecido, ambos impossíveis nesta situação. Tristeza e esperança ocupam um lugar paradoxal na dinâmica psíquica do familiar, pois a tristeza é o testemunho de que o desaparecido ainda está vivo, é uma forma de resistência à morte.

A vivência do dilema entre esperança e tristeza afeta a retomada da rotina ou mesmo a construção de novos hábitos, ocasionando em dificuldades no convívio e também em uma possível reorganização do núcleo familiar. Pôde-se observar essa dificuldade na fala de LR.:

O pessoal me chama pra festa eu falo: “não precisa me chamar, não quero saber de festa”. Às vezes já inventa um almoço aqui, alguma coisa, eu já falo que não quero muvuca de gente. Porque muita gente já me lembra o desaparecimento dela sabe? Foi muita muvuca de gente aí eu já penso que é a mesma coisa [...].

O dilema imposto pela ambivalência entre esperança e o cansaço decorrente da espera do possível retorno do filho ao longo dos anos, irá impor dificuldades ao processo de elaboração do luto. A necessidade de manter as expectativas de um possível retorno impossibilita o desinvestimento libidinal do objeto perdido, caracterizando um processo de luto patológico, conforme apresentado por Freud (1917/2010) em “Luto e melancolia”. Como consequência a esta dinâmica, observa-se no relato das participantes uma dificuldade na realização de novos investimentos libidinais, desencadeando mudanças na rotina doméstica, abandono do trabalho e a carência de novos investimentos afetivos e relacionais. Observa-se uma vivência da situação de desaparecimento a partir de uma perspectiva predominantemente individual, acompanhada de uma introspecção e a impossibilidade de falar sobre a perda, conforme descrito por Freire (2013).

A vivência individual do luto foi observada no próprio distanciamento das mães entrevistadas em relação aos coletivos de mães que participam de movimentos e ONGs para familiares de desaparecidos. Conforme

destacado por Freire (2013), a participação em coletivos possibilita a transformação da perda em objeto público por meio da exposição da dor em busca de justiça, tornando o desaparecimento uma causa social. A possibilidade de falar do luto publicamente e cobrar medidas mais efetivas às instancias governamentais no processo de busca e prevenção de desaparecimentos, permitem o reconhecimento do luto e a obtenção de amparo e identificação com outras mães em situações semelhantes. Tornar o luto público permitirá que o investimento libidinal individual alcance uma causa mais ampla, que possibilita a passagem do luto passivo para a luta ativa que pode auxiliar na ressignificação da perda a partir do engajamento político.

Porém, não foi este o movimento observado nas entrevistas realizadas com as participantes desta pesquisa. O não reconhecimento de sua dor pelo Estado, em função das medidas pouco efetivas adotadas no processo de busca dos seus filhos, acompanhado da carência na compreensão do seu luto pela própria família, que insistem para que as mães abandonem as buscas e sigam suas vidas, parecem tornar difícil a passagem do luto do âmbito individual para o coletivo. Como consequência a este não reconhecimento de sua dor, as mães entrevistadas caminharam em direção a uma individualização do luto, tornando-o ainda mais penoso por adquirir o papel de um fardo a ser carregado sozinho. Tal processo parece ser mais intenso nas mães que possuem filhos desaparecidos há um maior espaço de tempo, como no caso de LR, I e M, que apresentam profundo cansaço e frustrações nas buscas e participação em movimentos sociais, mantendo, porém, a esperança em reencontrar o filho a partir de meios indiretos de busca (internet e cartazes). Como consequência, é possível observar que o processo de luto das mães entrevistadas apresenta aspectos melancólicos, caracterizando um luto patológico em função não só da intensidade da tristeza e a impossibilidade de novos investimentos libidinais, mas também pela culpa e a ambivalência diante do objeto perdido, aspectos descritos por Freud (1917/2010) como fundamentais na diferenciação entre luto normal e melancolia.

Considerações finais

A realização desta pesquisa possibilitou a compreensão sobre as particularidades do processo de luto vivenciado por mães que possuem filhos desaparecidos. É importante entender que o pro-

cesso de luto por desaparecimento ocorre de forma diferente do processo de luto por morte. Na maior parte dos processos de elaboração do luto devido à perda por morte, o exame da realidade irá permitir que a energia investida no objeto perdido seja gradativamente retirada, e com o passar do tempo, tal energia estará disponível para ser direcionada para um novo objeto. A partir dos casos analisados observou-se que devido à impossibilidade das mães realizarem o exame de realidade, em decorrência da falta de dados comprobatórios sobre o que realmente ocorreu com a criança ou adolescente desaparecido, não ocorre o completo desinvestimento do objeto perdido. Essa condição faz com que as mães vivenciem um processo melancólico, uma vez que a capacidade de realizar novos investimentos libidinais poderá estar associada ao abandono das lembranças do filho perdido.

Como não existem dados definitivos que demonstram a ausência completa do filho, as mães enfrentam um dilema interno entre manter a esperança do reaparecimento do familiar, acompanhada do cansaço e desgaste emocional que essa situação comporta e a culpa de não manterem as expectativas de maneira contínua. Essa ambivalência pode, inclusive, afetar a retomada da rotina, o convívio com os demais familiares, dificultando a reorganização da estrutura familiar. Contudo, algumas mães, em certa medida, conseguem retomar parte de suas vidas, sem deixar de ir atrás de notícias e informações sobre os filhos desaparecidos. Porém, observa-se que o luto passa a ser vivenciado predominantemente na esfera individual, resultando no afastamento ou redução na participação em ONGs e coletivos de mães com filhos desaparecidos, como também o descrédito atribuído às instancias governamentais responsáveis pelas buscas. A individualização do luto coloca em pauta as falhas do Estado no desempenho do seu papel de proteção e auxílio na busca pelos desaparecidos. Ao tornar o luto uma responsabilidade individual, pode haver uma banalização do desaparecimento e uma naturalização do sofrimento materno, reforçando a ideia de que as mães são as únicas responsáveis pelo processo de busca dos seus filhos. A associação entre a dinâmica individual já descrita, com as falhas do Estado, contribui para o processo de melancolização dessas mães, que se veem sem recursos para a elaboração do luto.

Referências

- Bareicha, I. C. D. A. (2009). *Investigando a reestruturação de famílias após o desaparecimento de um filho* (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF.
- Brasil. Ministério da Justiça - MJ. [n. d.]. Brasília, DF. Recuperado de <http://portal.mj.gov.br/Desaparecidos/>
- Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. [n. d.]. São Paulo, SP. Recuperado de <http://www.desaparecidos.gov.br/index.php/info-de-apoio>.
- Campos, C. J. (2004). Método de análise de conteúdo: Ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 57(5), 611-614. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>
- Campos, C. J. & Turato, E. R. (2009). Análise de conteúdo em pesquisas que utilizam metodologia clínico-qualitativa: aplicação e perspectivas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 17(2), 259-264. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692009000200019>
- Endo, P. C. (2016). Sonhar o desaparecimento forçado de pessoas: Impossibilidade de presença e perenidade de ausência como efeito do legado da ditadura civil-militar no Brasil. *Psicologia USP*, 27(1), 8-15. <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20150012>
- Freire, C. P. (2013). As mulheres, o desaparecimento e a perda. *Revista Intratextos*, 4(1), 140-161. <https://doi.org/10.12957/intratextos.2013.6070>
- Freud, S. (2010). Introdução ao narcisismo. In: S. Freud, *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*. (Vol. 12, 3a ed., pp. 13-50, Paulo César de Souza, trad.). São Paulo, SP: Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (2010). Luto e melancolia. In S. Freud, *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*. (Vol. 12, 3a ed., pp. 170-194, Paulo César de Souza, trad.). São Paulo, SP: Companhia das letras. (Trabalho original publicado em 1917).
- Freud, S. (2010). O Inconsciente. In: S. Freud, *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*. (Vol. 12, 3a ed., pp. 99-150, Paulo César de Souza, trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915).
- Garcia, C. F. (2010). *Uma proposta de prática psicológica para casos de desaparecimento de crianças e adolescentes* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Lei Nº 11.259, de 30 de dezembro de 2005 (2005, 30 dezembro). Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – *Estatuto da Criança e do Adolescente, para determinar investigação imediata em caso de desaparecimento de criança ou adolescente*. *Diário Oficial da União*.
- Martins, R. S. S. (2012). *Aonde quer que eu vá te levo comigo: do luto para a luta de mães de crianças e adolescentes desaparecidos* (Trabalho de Graduação Interdisciplinar). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP.
- McWilliams, N. (2014). *Diagnóstico psicanalítico* (2a ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Neumann, M. M. (2010). *O desaparecimento de crianças e adolescentes* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Oliveira, D. D. (2007). *Desaparecidos civis: conflitos familiares, institucionais e segurança pública* (Tese de Doutorado). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Oliveira, D. D. (2012). *O desaparecimento de pessoas no Brasil*. Goiânia, GO: Cênone.
- Oliveira, S. R. (2008). *Onde está você agora além de aqui, dentro de mim?: O luto das mães de crianças desaparecidas* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Souza, O. A. (2007). *O desaparecimento de um membro da família: estudo dos aspectos da dinâmica e reestruturação familiar* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Gisleila da Silva Rolim

Psicóloga graduada pela Universidade São Judas Tadeu (USJT).

E-mail: leila82@gmail.com

Letícia da Costa Radzevicius

Psicóloga graduada pela Universidade São Judas Tadeu (USJT).
E-mail: usjt5.lcradze@gmail.com

Mariana Fernandes Saldanha

Psicóloga graduada pela Universidade São Judas Tadeu (USJT).
E-mail: marianafsaldanha@hotmail.com

Leila Salomão de La Plata Cury Tardivo

Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Livre-docente em Psicopatologia pela Universidade de São Paulo. Professora Associada do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP) na Graduação e na Pós-graduação (Orientadora de Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado). Coordenadora do Laboratório de Saúde Mental e Psicologia Clínica Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
E-mail: tardivo@usp.br

Rodrigo Jorge Salles

Psicólogo graduado pela Universidade de Uberaba. Foi Residente do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde, em Saúde do Idoso, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Mestre e Doutorando em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Pesquisador/Colaborador no Laboratório de Saúde Mental e Psicologia Clínica Social. Professor na Universidade São Judas Tadeu (USJT).
E-mail: rodrigojsalles@hotmail.com

Endereço para envio de correspondência:

Universidade São Judas Tadeu
Rua Taquari, 546, Mooca. CEP: 03166-000.
São Paulo – SP. Brasil.

Recebido: 07/03/2017

Reformulado: 09/11/2017

Aprovado: 02/01/2018

Received: 03/07/2017

Reformulated: 11/09/2017

Approved: 01/02/2018

Recibido: 07/03/2017

Reformulado: 09/11/2017

Aceptado: 02/01/2018

Como citar: Rolim, G. S., Radzevicius, L. C., Saldanha, M. F., Tardivo, L. S. L. P. C., & Salles, R. J. (2018). Análise do luto de mães de crianças e adolescentes desaparecidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 507-521. <https://doi.org/10.1590/1982-37030000762017>

How to cite: Rolim, G. S., Radzevicius, L. C., Saldanha, M. F., Tardivo, L. S. L. P. C., & Salles, R. J. (2018). Analysis of the grief of mothers of missing children and adolescents. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 507-521. <https://doi.org/10.1590/1982-37030000762017>

Cómo citar: Rolim, G. S., Radzevicius, L. C., Saldanha, M. F., Tardivo, L. S. L. P. C., & Salles, R. J. (2018). Análisis del luto de madres de niños y adolescentes desaparecidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 507-521. <https://doi.org/10.1590/1982-37030000762017>